ficou aberto por 5 (cinco) úteis e resultou no julgamento de 75 (setenta e cinco) processos. Disse que a implementação do Plenário Virtual trará economicidade e celeridade no julgamento de processos e que isso só foi possível devido ao trabalho conjunto dos nobres Conselheiros titulares, do Corregedor-Geral do Ministério Público e do Departamento de Informática. Destacou o trabalho dedicado do servidor Lênon José Costa Raiol, Analista de Modelagem de Sistemas, que foi um dos grandes responsáveis pela criação e adaptação do novo Plenário, semelhante ao do TJPA. Ato contínuo, a Exma. Presidente do Conselho Superior, Dra. ROSA MARIA RODRIGUES CARVALHO, parabenizou a todos os envolvidos na implementação do Plenário Virtual do Conselho Superior, em especial, ao Exmo. Conselheiro Secretário que conseguiu concretizar e colocar em prática tal ideia. Encerrou sua fala ao destacar a evolução do Conselho Superior no biênio 2019/2020. Em seguida, o Exmo. Secretário, Dr. WALDIR MACIEIRA DA COSTA FILHO, pediu permissão aos Conselheiros para inscrição do Plenário Virtual do CSMP nos concursos "Prêmio CNMP 2021" e da AMPEP, eis que se trata de um projeto bem-sucedido do Ministério Público Paraense que contribuiu para melhoria da eficiência institucional e tem grandes chances de ganhar esse prêmio/reconhecimento. Outro assunto trazido pelo Exmo. Conselheiro Secretário, foi a desincompatibilização dos atuais Conselheiros para recondução ao Conselho Superior biênio 2021/2022. Ponderou sobre a desnecessidade de tal ato, visto que a desincompatibilização prejudica o julgamento de processos e acaba sendo burocrática e por isso deveria ser dispensada, como ocorre na reeleição do Procurador-Geral de Justiça. O Exmo. Conselheiro, Dr. HAMILTON NOGUEIRA SALAME, filiou-se aos argumentos do Conselheiro Secretário e disse que deveria haver a mudança do dispositivo legal que determina a desincompatibilização. Diante disso, a Exma. Presidente do Conselho Superior, Dra. ROSA MARIA RODRIGUES CARVALHO, sugeriu a apresentação de uma proposta, ao Colégio de Procuradores de Justiça, com intuito de alterar a Lei Complementar que trata sobre a desincompatibilização de Conselheiros. A Exma. Conselheira, Dra. LEILA MARIA MARQUES DE MORAES, posicionou-se sobre o assunto e disse que deveria ser feito um estudo sobre a alteração discutida para então ser encaminhada, ao CPJ, uma proposta mais concreta e embasada. Após, todos os Conselheiros concordaram em se reunir para deliberar sobre assunto. Por fim, o Exmo. Secretário, Dr. WALDIR MACIEIRA DA COSTA FILHO, confirmou o falecimento do Dr. Manoel da Silva Castelo Branco, e externou seus sentimentos à família do Procurador de Justiça aposentado. Os Conselheiros presentes também se solidarizaram com o ocorrido e pediram que a Secretaria do CSMP providenciasse ofício de pesar.

DELIBERAÇÕES – Após amplamente discutidos os assuntos constantes da pauta, conforme detalhadamente descrito na Ata desta reunião, arquivada em pasta própria, o Conselho Superior tomou as seguintes decisões:

Apreciação da Ata da 13ª Sessão Ordinária, realizada em 30/09/2020.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, APROVOU a Ata da 13ª Sessão Ordinária do Conselho Superior.

Julgamento de Certames:

2.1. Julgamento de Remoção ou Promoção à 3ª Entrância, para o cargo de 8º PJ Com Atribuições Gerais de Belém, ambos pelos critérios de antiguidade, edital nº 49/2020, processo nº 58/2020/CSMP-MPPA.

O Egrégio Conselho Superior, por unanimidade de votos, DEFERIU a inscrição dos candidatos abaixo relacionados, por preencherem os pressupostos objetivos do art. 89 c/c 98 da LCE nº 057/2006:

ALAN JOHNNES LIRA FEITOSA
MARIA JOSÉ VIEIRA DE CARVALHO CUNHA
MARLENE RAMOS PAMPOLHA
CARLOS LAMARCK MAGNO BARBOSA
ANDRESSA ÉRICA ÁVILA PINHEIRO
REGIANE BRITO COELHO OZANAN
PAULA CAROLINE NUNES MACHADO
ARLINDO JORGE CABRAL JÚNIOR
LAÉRCIO GUILHERMINO DE ABREU
EVANDRO DE AGUIAR RIBEIRO
GERSON DANIEL SILVA DA SILVEIRA
MÁRCIO LEAL DIAS
JEANNE MARIA FARIAS DE OLIVEIRA
ERICA ALMEIDA DE SOUSA
ÉRIKA MENEZES DE OLIVEIRA
CRYSTINA MICHIKO TAKETA MORIKAWA
EDUARDO JOSÉ FALESI DO NASCIMENTO

A candidata ADRIANA PASSOS FERREIRA teve sua inscrição prejudicada, considerando que foi protocolada em data anterior à sessão de julgamento de sua remoção, nos termos do art. 56, § 9º do Regimento Interno do CSMP.

O Egrégio Conselho Superior, em sessão pública e votação aberta, nominal e fundamentada, apreciando os dados constantes no Relatório da Corregedoria-Geral do Ministério Público e as normas legais vigentes, nos termos do art. 26, III da LCE nº 057/2006, DECIDIU INDICAR, à unanimidade, a Promotora de Justiça MARLENE RAMOS PAMPOLHA, que ocupa a 1ª (primeira) posição na lista de antiguidade da 2ª entrância, para promoção ao cargo de 8º PJ COM ATRIBUIÇÕES GERAIS DE BELÉM, em razão de ser a candidata mais antiga a concorrer no certame e não existir qualquer motivo que legitimasse a sua recusa.

2.2. Julgamento de Remoção na 3ª Entrância, para o cargo de 6º PJ Criminal de Belém, pelo critério de antiguidade, edital nº 51/2020, processo nº 60/2020/CSMP-MPPA.

O Egrégio Conselho Superior, por unanimidade de votos, DEFERIU a inscrição dos candidatos abaixo relacionados, por preencherem os pressupostos objetivos do art. 89 c/c 98 da LCE nº 057/2006:

VIVIANE LOBATO SOBRAL
DANIELA SOUZA FILHO MOURA
MARCO AURÉLIO LIMA DO NASCIMENTO
SILVIA REGINA MESSIAS KLAUTAU
SANDRA FERNANDES DE OLIVEIRA GONÇALVES
SANDRO RAMOS CHERMONT

O Egrégio Conselho Superior, por unanimidade de votos, INDEFERIU a inscrição dos candidatos CARMEN BURLE DA MOTA DE FREITAS e JAYME FERREIRA BASTOS FILHO, por terem sido removidos/promovidos nos seis meses anteriores ao pedido de remoção do presente edital, nos termos do art. 89, inciso VIII, da LCE nº 057/2006.

O candidato ALEXANDRE MARCUS FONSECA TOURINHO desistiu de participar do certame.

O Egrégio Conselho Superior, em sessão pública e votação aberta, nominal e fundamentada, apreciando os dados constantes no Relatório da Corregedoria-Geral do Ministério Público e as normas legais vigentes, nos termos do art. 26, III da LCE nº 057/2006, DECIDIU INDICAR, à unanimidade, a Promotora de Justiça SANDRA FERNANDES DE OLIVEIRA GONÇALVES, que ocupa a 69ª (sexagésima nona) posição na lista de antiguidade da 3ª entrância, para remoção ao cargo de 6º PJ CRIMINAL DE BELÉM, em razão de ser a candidata mais antiga a concorrer no certame e não existir qualquer motivo que legitimasse a sua recusa.

2.3. Julgamento de Remoção na 3ª Entrância, para o cargo de 1º PJ de Órfãos, Interditos e Incapazes de Belém, pelo critério de antiguidade, edital nº 52/2020, processo nº 61/2020/CSMP-MPPA.

O Egrégio Conselho Superior, por unanimidade de votos, DEFERIU a inscrição dos candidatos abaixo relacionados, por preencherem os pressupostos objetivos do art. 89 c/c 98 da LCE nº 057/2006:

VIVIANE LOBATO SOBRAL
DANIELA SOUZA FILHO MOURA
ALBELY MIRANDA LOBATO TEIXEIRA
MARCO AURÉLIO LIMA DO NASCIMENTO
ADRIANA DE LOURDES MOTA SIMÕES COLARES
SILVIA REGINA MESSIAS KLAUTAU
IONÁ SILVA DE SOUSA NUNES
ANDRÉA ALICE BRANCHES NAPOLEÃO
MAURÍCIO ALMEIDA GUERREIRO DE FIGUEIREDO
MYRNA GOUVEIA DOS SANTOS

O Egrégio Conselho Superior, por unanimidade de votos, INDEFERIU a inscrição da candidata CARMEN BURLE DA MOTA DE FREITAS, por ter sido promovida nos seis meses anteriores ao pedido de remoção do presente edital, nos termos do art. 89, inciso VIII, da Lei Complementar Estadual nº 057/2006, bem como do candidato FRANKLIN LOBATO PRADO, por não preencher o requisito previsto no art. 89, inciso VI, do mesmo diploma legal.

Os candidatos ALEXANDRE MARCUS FONSECA TOURINHO e IVANILSON PAULO CORRÊA RAIOL desistiram de participar do certame.

O Egrégio Conselho Superior, em sessão pública e votação aberta, nominal e fundamentada, apreciando os dados constantes no Relatório da Corregedoria-Geral do Ministério Público e as normas legais vigentes, nos termos do art. 26, III da LCE nº 057/2006, DECIDIU INDICAR, à unanimidade, o(a) Promotor(a) de Justiça MAURÍCIO ALMEIDA GUERREIRO DE FIGUEIREDO, que ocupa a 36ª (trigésima sexta) posição na lista de antiguidade da 3ª entrância, para remoção ao cargo de 1º PJ DE ÓRFÃOS, INTERDITOS E INCAPAZES DE BELÉM, em razão de ser o(a) candidato(a) mais antigo(a) a concorrer no certame e não existir qualquer motivo que legitimasse a sua recusa.

2.4. Julgamento de Remoção na 3ª Entrância, para o cargo de 2º PJ da Infância e Juventude de Belém, pelo critério de antiguidade, edital nº 53/2020, processo nº 62/2020/CSMP-MPPA.

O Egrégio Conselho Superior, por unanimidade de votos, DEFERIU a inscrição dos candidatos abaixo relacionados, por preencherem os pressupostos objetivos do art. 89 c/c 98 da LCE nº 057/2006:

VIVIANE LOBATO SOBRAL
DANIELA SOUZA FILHO MOURA
ALBELY MIRANDA LOBATO TEIXEIRA
DANIEL HENRIQUE QUEIROZ AZEVEDO
SILVIA REGINA MESSIAS KLAUTAU
IONÁ SILVA DE SOUSA NUNES

O Egrégio Conselho Superior, por unanimidade de votos, INDEFERIU a inscrição dos candidatos CARMEN BURLE DA MOTA DE FREITAS e JAYME FERREIRA BASTOS FILHO, por terem sido removidos/promovidos nos seis meses anteriores ao pedido de remoção do presente edital, nos termos do art. 89, inciso VIII, da Lei Complementar Estadual nº 057/2006, bem como do candidato FRANKLIN LOBATO PRADO, por não preencher o requisito previsto no art. 89, inciso VI, do mesmo diploma legal.

O candidato ALEXANDRE MARCUS FONSECA TOURINHO desistiu de participar do certame.

O Egrégio Conselho Superior, em sessão pública e votação aberta, nominal e fundamentada, apreciando os dados constantes no Relatório da Corregedoria-Geral do Ministério Público e as normas legais vigentes, nos termos do art. 26, III da LCE nº 057/2006, DECIDIU INDICAR, à unanimidade, o(a) Promotor(a) de Justiça IONÁ SILVA DE SOUSA NUNES, que ocupa a 86ª (octogésima sexta) posição na lista de antiguidade da 3ª entrância, para remoção ao cargo de 2º PJ DA INFÂNCIA E JUVENTUDE DE BELÉM, em razão de ser o(a) candidato(a) mais antigo(a) a concorrer no certame e não existir qualquer motivo que legitimasse a sua recusa.

2.5. Julgamento de Remoção ou Promoção à 2ª Entrância, para o cargo de 4º PJ de Itaituba, pelos critérios de antiguidade e merecimento, respectiva-